



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

### MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2010/06/30

Aos trinta dias do mês de Junho, do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

**PRESIDENTE:** Eurico Fernandes Gonçalves; -----

**1.º SECRETÁRIO:** Eduardo Manuel Martins Rodrigues; -----

**2.º SECRETÁRIO:** Diana Sofia da Costa. -----

**PRESENCAS:** -----

Manuel Dinis Magro Gomes, António Francisco Silva, Jorge Paulo Gomes da Silva, António dos Anjos Gonçalves, José António dos Reis, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Mário Augusto Gonçalves, Duarte Nuno Pires, Alberto dos Anjos Martins, Hilário de Assis Gonçalves Pires, Aniceto do Espírito Santo Diegues, Miguel Joaquim Linhas, Jocelim António Guerreiro de Carvalho, António Paulo Oliveira Neves, Francisco José Nunes Cunha, Duarte Francisco Gomes, Manuel António Pedreiro, José Guilherme Fernandes Barreira, Eduardo de Jesus Morais, Adelino José dos Santos, André João da Silva Rodrigues, Carlos Dinis Mateus Fornos, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Domingos Augusto Fernandes, Nuno Alexandre Barreira Santos, Manuel António Fernandes Martins, Fernando Jorge Diegues Magalhães, José Henrique Vieira da Silva, Humberto José Sobrinho Alves, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, António Miguel Borges Silva, Manuel Gilberto Afonso Lousada, Francisco dos Santos Barroso, Dora Maria Barroso de Sá, Maria do Carmo Fernandes, Anabela Afonso Doreta, Maria Adelaide Fernandes Morais, Ruben Ramiro

Carvalho Gomes Almeida, Luís Alberto Piçarra, Humberto da Cruz Carneiro, José Maria Ribas, Marília de Lurdes Fortunato Fernandes, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, José Carlos Claro, José Paulino Castanheira, José Humberto Martins, Horácio Domingos Afonso, Solange Sofia Aboim Lobo, Manuel João Pintor Libório, Inácio Lourenço Fernandes, Manuel Pedro Gama, Manuel Aurélio Taveira Fernandes, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Maria Madalena Afonso Magalhães e Manuel Dinis Lousada. -----

Ausentes os Senhores Deputados, Carlos Alberto Vaz, José Joaquim Dinis, Olímpio Evangelista Fontes, António Abílio Ferreira Barreira, José Augusto Pinheiro, Helena Margarida Beato dos Santos Afonso, Eduardo Vicente Roxo, António João Margarido Alves, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz e Manuel do Nascimento Ferreira. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

**1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----**

**2 - Ordem do Dia. -----**

**2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior; -----**

**2.2 - Leitura resumida do expediente; -----**

**2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal; --**

**2.4 - Período de intervenções; -----**

**2.5 – Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais –  
Fundamentação económico-financeira – Alteração; -----**

**2.6 – Contracção de Empréstimo até 2.125.000,00 €- Alteração de Projectos a Financiar;**

**2.7 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e 2.ª ao Orçamento da Despesa e Plano  
Plurianual de Investimentos; -----**

**2.8 – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes – Relatório de Gestão e Contas de  
dois mil e nove. -----**

**3 - Período reservado ao Público. -----**

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para apresentar cumprimentos a todos os presentes. -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais; -----
- António Miguel Borges da Silva; -----
- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Humberto José Sobrinho Alves; -----
- José Carlos Claro; -----
- Horácio Domingos Afonso; -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida; -----
- Manuel Dinis Lousada. -----

No uso da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando o Centro Escolar de Vinhais, e que diligências tem tomado para que o mesmo seja uma realidade. -----

Seguidamente o Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, usou da palavra para dizer que trazia aqui uma matéria de grande importância para o Concelho. -----

No passado dia dois, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata tinha apresentado na Assembleia da República, uma proposta de resolução sobre as áreas protegidas que passou a ler: -----

**“ PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 160/XI/1ª (PSD)  
INSTITUIÇÃO DO PRÍNCIPIO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS POR  
PARTE DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ÁREAS PROTEGIDAS -----**

**I – Exposição de motivos -----**

Está instalada na população residente nas áreas protegidas uma profunda indignação com a imposição, pela Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, que alterou a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro, do pagamento de taxas adicionais pelo desenvolvimento das mais diversas actividades da sua vida quotidiana. -----

Sendo certo que a actual Portaria reduz o valor das taxas inicialmente propostas, e que instituí o princípio da isenção do pagamento de taxas nos pedidos relativos a edificações para habitação própria e permanente, quando apresentados por agricultores, bem como os pedidos relativos ao exercício de actividades agrícolas, florestais, silvopastoris, em áreas contíguas iguais ou inferiores a 1 ha, subsistem inúmeras injustiças. -----

Em Portugal, as áreas protegidas são espaços de paisagens naturalizadas e não naturais, fruto de uma cuidada actividade humana que, durante séculos, moldou e construiu ecossistemas equilibrados. As populações locais souberam estabelecer uma relação de equilíbrio e de harmonia com o espaço natural que foi sendo sedimentada século após século. -----

Por regra, constituem objectivos gerais das áreas protegidas: -----

- Preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade; ----
- Assegurar o bom funcionamento dos ecossistemas; -----
- Conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória colectiva; -----
- Assegurar a protecção de valores paisagísticos e cénicos; -----
- Promover a compatibilização da protecção dos recursos e valores naturais com as actividades humanas, visando um desenvolvimento sustentável, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida. -----

É sabido que as actividades agrícola, silvícola e agro-pecuária tradicionais são o garante da manutenção do equilíbrio paisagístico e da biodiversidade. -----

A já referida Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, e, em particular, a tabela de taxas anexa, suscita dúvidas, equívocos e uma impressão de forte injustiça e de iniquidade, não só quanto ao âmbito de aplicação, mas também quanto à sujeição de determinados actos e actividades ao pagamento das referidas taxas. -----

A aplicação de taxas pela emissão obrigatória de parecer pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) sobre os projectos ou pedidos de autorização apresentados pela população residente nas áreas protegidas para o desenvolvimento das mais elementares

actividades, como a agricultura, a pecuária, a silvo-pastorícia, a floresta, impõe um tratamento desigual inaceitável das populações residentes nas áreas protegidas. -----

De igual forma, a aplicação de taxas pela emissão de parecer sobre os projectos apresentados pela população residente nas áreas protegidas para a construção de instalações (habitação própria, armazéns, construções de apoio a actividades agrícolas ou agro-pecuárias) constitui uma dupla tributação – Câmaras Municipais e ICNB. -----

A aplicação das taxas previstas na Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, acentuará a já dramática desertificação humana, com as previsíveis consequências na qualidade da paisagem e na biodiversidade. -----

Os residentes nas áreas protegidas, ao invés de serem penalizados com mais taxas, deveriam ser gratificados por serem os “jardineiros da paisagem”. -----

Como já foi referido, constitui objectivo geral da generalidade das áreas protegidas, “promover a compatibilização da protecção dos recursos e valores naturais com as actividades humanas, visando um desenvolvimento sustentável, contribuindo para a fixação das populações e para a melhoria da sua qualidade de vida”. -----

É completamente incompreensível que as populações residentes nas áreas protegidas sejam discriminadas negativamente com a obrigatoriedade de pagamento de taxas adicionais. Trata-se de um ónus intolerável para quem vive e trabalha numa área protegida. -----

A materialização de objectivos, tais como, “preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade e a geodiversidade e conservar o património cultural material e imaterial com vista a conservar a identidade e a memória colectiva”, deverá impor a consagração do princípio de que todas as receitas geradas nas áreas protegidas, pela via das taxas ou outras, sejam obrigatoriamente investidas na área protegida que lhe deu origem, em investimentos propiciadores da melhoria do seu funcionamento, nomeadamente em acessibilidades, valorização de recursos hídricos e correcção torrencial, recuperação e repovoamento florestal com espécies autóctones, sinalética e outros capazes de valorizarem a paisagem e os ecossistemas.-----

## **II - Recomendações:** -----

Assim, em coerência com as razões anteriormente expostas, ao abrigo do disposto na alínea b) do art. 156º da CRP e da alínea b), do nº. 1, do art. 4º, do regimento, a Assembleia da

República recomenda ao Governo a adopção de uma iniciativa legislativa, devidamente estudada, debatida e ponderada, consubstanciada na consagração do princípio basilar de que a população residente nas áreas protegidas não deve ser penalizada, no sentido de: -----

- a) Revogar a Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março; -----
- b) Que o Governo proceda, de imediato, a um estudo sobre aplicação, destinatários e valor das taxas, tendo em consideração à partida que a população residente nas áreas protegidas deve, em princípio, ficar isenta e, por outro lado, que o estabelecimento daquelas taxas deverá obedecer a audição e debate com populações, autarquias e outras entidades locais; -----
- c) Consignar a obrigatoriedade da aplicação do valor das taxas cobradas pelo ICNB por actividades desenvolvidas por não residentes, a acções e investimentos valorizantes da respectiva área protegida, por forma a melhorar a qualidade de vida da população residente ou preservar e restaurar os processos ecológicos e a biodiversidade.” -----

O Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, disse ainda que este assunto é de extrema importância para a maior parte do Concelho, especialmente a parte abrangida pelo Parque Natural de Montesinho, e em nome da bancada do Partido Social Democrata requer a votação de uma moção, acerca deste assunto. -----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, que apresentou a seguinte proposta: -----

“

## **PROPOSTA**

### **Fusão das Empresas Municipais do Concelho de Vinhais (Turimontesinho e Proruris)**

#### **I – Exposição de motivos** -----

No decurso do anterior mandato autárquico foram criadas as empresas municipais: Turimontesinho, EM e a Proruris, EM, tendo como primordiais objectos a promoção turística e agrícola do concelho de Vinhais. -----

Não olvidando os méritos que a sua criação encerrou, nos quatro anos que levam de actividade, estas empresas têm apresentado deficits operacionais crónicos que conduzem a um incremento exponencial dos meios financeiros que a Câmara Municipal tem de transferir para as mesmas. -----

Considerando que os objectos sociais das empresas municipais são umbilicalmente complementares, cujos expoentes máximos são a Feira do Fumeiro e da Castanha. Resultaram inevitáveis ganhos sinérgicos com a integração das suas actividades. -----

Entendendo a imperiosa necessidade de uma maior eficaz na gestão de recursos públicos, particularmente através do aprimorar da gestão financeira e de recursos humanos, acautelando a duplicação e redundância de trabalhos e esforços. -----

Atendendo, ainda, às crescentes dificuldades económicas e financeiras que afectam o Estado português que incitam à racionalização de meios financeiros. E visando obter poupanças ao nível da gestão estratégica e operacional. -----

## **II - Proposta:** -----

Assim, em coerência com as razões anteriormente expostas, propõe-se a esta Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que encete diligencias visando a fusão das duas empresas. -----

Decisão que deverá adequadamente estudada, debatida e ponderada, salvaguardando os direitos e garantias dos trabalhadores que desempenham funções na mesma. E que servirá, estamos certos, de exemplo para a generalidade da sociedade vinhaense.” -----

Continuou a usar da palavra dizendo que, as únicas Câmaras que tem Empresas Municipais no nosso distrito é a Câmara Municipal de Bragança e de Alfândega da Fé, mas no entanto vão proceder à fusão das mesmas. -----

Disse ainda que, já na altura da sua aprovação, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata, sugeriu a criação de uma só empresa municipal, e caso houvesse necessidade, seria criada uma segunda empresa, porque a questão quer do turismo quer da agricultura, no nosso concelho, são duas vertentes do mesmo vector e portanto temos duas empresas a desenvolverem-se na mesma área de actividade, ou em áreas completamente complementares, isto significa redundância de gastos e de actividades desenvolvidas, não se aproveitando as energias que poderá resultar da sua fusão. -----

Por fim solicitou que esta proposta fosse colocada a votação. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, para dizer que se consta que a Engenheira Carla Maria Gonçalves Alves Pereira, funcionária da Autarquia, após a extinção do protocolo entre a referida instituição e a Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bízara, continua a exercer funções a partir das dezassete horas e trinta minutos, sendo remunerada em cerca de mil e duzentos euros mensais. -----  
Gostaria então, de saber se isto é verdade, e se for, em que base legal se suporta. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Claro, disse que, nesta Assembleia se deviam discutir assuntos de interesse para o Concelho e não assuntos pessoais. -----  
Elogiou os trabalhos executados pela Câmara Municipal, em relação à parte social. -----  
Referiu-se às estradas, disse que a rectificação da estrada de Vinhais-Bragança, se encontra em bom caminho. No tocante à de Rebordelo-Mirandela, disse que já tinham sido iniciados os trabalhos de Rebordelo para a Bouça. Quanto à estrada de Lomba, declarou que o seu estado é cada vez pior. -----  
Por fim fez um breve comentário acerca da realização de várias feiras do fumeiro, onde é utilizado o salpicão com a designação de Vinhais, esta Assembleia Municipal devia tomar uma posição acerca destes eventos, pois podem contribuir para prejudicar a imagem do fumeiro de Vinhais. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, dizendo que algumas das intervenções apresentadas nesta Assembleia Municipal, não possuem conteúdo. -  
Em relação à educação está a passar-se um fenómeno com alguma importância em Vinhais que é a publicação de obras literárias, com a ajuda da Câmara Municipal. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, referiu-se à proposta apresentada a esta Assembleia pelo Senhor Deputado António Miguel Borges Silva, dizendo que, a bancada do Partido Socialista não achava pertinente aprovar hoje a moção apresentada, aconselhando a ser presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal, para poder estudar o assunto. -----



Em relação à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que o grupo parlamentar do Partido Socialista acha por bem a existência das duas empresas municipais, pois estas estão a trabalhar em pleno. -----

Se por acaso for posta a votação é para reprovar. -----

Em resposta à questão apresentada pelo Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, disse que tinha ficado triste com o que ouviu, ditando para a acta a seguinte intervenção: -----

“Pela milésima vez, a bancada do Partido Social Democrata aborda este assunto, que perdoem Senhores Deputados, já começa a cheirar mal, andarmos constantemente a bater no ceguinho, a oposição devia concentrar-se em fazer o que lhe compete, ou seja, fazer oposição, bem sabemos nós, estamos fartos de saber, que isso seria uma tarefa complicada e então torna-se mais fácil entrar pelo caminho da ignorância, misturando os assuntos pessoais com a política, não podemos, nem devemos, misturar a figura do Presidente da Câmara com a da sua família, como não conseguem esgrimir argumentos válidos, sobre as questões essenciais para o desenvolvimento do Concelho, regem-se então por um tipo de política pimba e sensacionalista, embebida em doses tóxicas de futilidade, que em nada dignifica esta Assembleia Municipal, nem tão pouco o vosso partido, e menos ainda, os poucos que vos confiaram os votos. Felizmente a verdade é como o azeite, e vem ò de cima, e como os Vinhaenses encontram-se de olhos abertos e bem atentos, como consequência da forma de estar e fazer política, temos resultados como do passado dia onze de Outubro em que o Partido Social Democrata saboreou a maior derrota de sempre do Concelho de Vinhais.” -----

Concedida então a palavra ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, questionou a mesa, porque foi uma das primeiras pessoas a inscrever-se, e é o ultimo a falar, achando que isto é uma discriminação. -----

Iniciou por colocar uma questão sobre a legalização de uma obra que o Senhor Vicente dos Santos Fernandes, está a levar a efeito na povoação de Vila Verde. -----

Seguidamente apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“

Homenagem à Cultura e às Letras!

A morte de José Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para o povo português, para a cultura português. -----

A dimensão intelectual, artística, humana, cívica, de José Saramago fazem dele uma figura maior da nossa História. -----

A sua vasta, notável e singular obra literária – reconhecida com a atribuição, em 1998, do Prémio Nobel da Literatura – ficará como marca impressiva na História da Literatura Portuguesa, da qual ele é um dos nomes mais relevante. -----

Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu continuidade a essa intervenção no período posterior ao Dia da Liberdade como protagonista da profunda transformação política e cultural verificada no nosso País, com a construção de uma democracia que tem como referência primeira a defesa dos trabalhadores, do povo e do País. -----

Morreu o escritor. A sua vasta e singular obra literária deu à língua portuguesa e a todos os povos que a falam um prémio Nobel, com tudo o que ele significou de reconhecimento internacional. -----

A sua obra e os seus principais dispositivos narrativos são marcas impressionantes do seu compromisso ético e político para com os explorados e oprimidos. -----

Podia ter sido só um escritor maior da literatura portuguesa. Foi mais do que isso. Foi um homem que acreditou nos homens, mesmo quando os questionava, deu expressão concreta à afirmação de Bento de Jesus Caraça da aquisição da cultura como um factor de conquista da liberdade. -----

É por tudo isto, que proponho a esta Assembleia Municipal 1 minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para se referir à intervenção do Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, dizendo que, começa a ser um hábito, assistirem aqui, a uma crítica à condução dos trabalhos, porque o Senhor Presidente da Mesa disse que, iriam ser discutidas as moções que estavam em causa, e aquilo que foi feito, pelo Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, foi tentar induzir esta Assembleia, a votar como votou, em relação à questão dos telemóveis, que disse que era do Partido Social Democrata, e como era do Partido Social Democrata era para votar contra, independentemente de todas as diferenças que nos podem distanciar, nós devemos ver o mérito das coisas, e o mérito destas duas propostas, nós não as traríamos aqui se elas não revestissem para nós algum mérito, e aquilo que eu não entendi foi aquilo que o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida, agora sob o capote de um Marcelo Rebelo de Sousa provinciano, veio para aqui dizer que o Partido Social

Democrata não apresentava propostas, quando o Partido Social Democrata tinha acabado de as apresentar. -----

Deixa aqui a defesa de honra da bancada do Partido Social Democrata, que sempre se tem comportado de forma exemplar naquilo que concerne a Vinhais, e aos interesses de Vinhais, não concordando com a abordagem que o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida faz em relação àquilo que se passa, quer no Concelho, quer a nível nacional, e portanto o Partido Social Democrata que até um ano era um partido que ia morrer, afinal parece que daqui por pouco tempo é ele que nos vai governar. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. -----

Iniciou por responder à questão colocada pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, explicando o que é um verdadeiro Centro Escolar. -----

Disse que concordava inteiramente com o Centro Escolar, o problema que se põe em Vinhais, é que não é possível construir um verdadeiro Centro Escolar, porque não é possível desactivar uma escola pré primária que foi construída há pouco tempo. O que está previsto, e que nos temos debatido em Vinhais é pela construção de uma nova escola primária a que chamamos Centro Escolar, e que concentre todos os alunos a qual está candidatada no âmbito da CIM. ---

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, em relação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, disse que tinha estado em discussão e não viu ninguém do Partido Social Democrata, a contestá-lo. -----

Tinha sido publicada legislação, sobre este assunto, aquando do Governo do Dr. Durão Barroso a qual incidia sobre três vertentes, o regime da Bioversidade, os Planos de Ordenamento do Parque e das Zonas Protegidas, e a introdução do pagamento de taxas, dentro desses mesmos parques, as quais entrariam em vigor com a aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. -----

Continuou a esclarecer que a Associação Nacional de Municípios Portugueses o tinha nomeado para Presidente da Mesa da Associação de Municípios com áreas protegidas. -----

Tinha levado a efeito diversos debates, a nível local e regional, contra este Plano de Ordenamento e não se recordava que o Partido Social Democrata tivesse estado ao lado deles nesta luta, para fazerem chegar ao Governo as suas preocupações, já que consideravam um mau plano e que as populações se recusavam a aceitá-lo. Era nessa altura que deviam ter

reunido esforços, para demonstrarem a indignação das populações, mas mais valia tarde que nunca. -----

Em sua opinião, os problemas residiram em três questões, a retirada das Câmaras Municipais da direcção das áreas protegidas, os planos de ordenamento deviam ser aprovados pelos Órgãos Municipais, e o pagamento das taxas. Não era propriamente o pagamento das taxas que o preocupava, mas sim, a aplicabilidade do regulamento do ordenamento, a nível das zonas rurais. -----

Por fim disse que, considerava boa a intervenção do Senhor Deputado, no entanto a proposta devia ser melhorada e subscrita por todas as bancadas para poderem ter mais ênfase. -----

Em relação à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que, as empresas municipais não dão prejuízo, a ProRuris é vocacionada para agricultura e a Turimontesinho para o turismo, enumerando de seguida as actividades de cada uma delas, e em sua opinião deviam continuar as duas empresas. -----

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, não ia responder de imediato, uma vez que este Senhor Deputado se tinha ausentado. -----

Relativamente às estradas dos Salgueiros a Seixas e de Sobreiró às Trincheiras, já tinha sido aprovada a transferência para o Município, estando em negociações a transferência de verbas para poderem iniciar os procedimentos. -----

Quanto às questões do fumeiro, esclareceu que a ANCSUB, já se encontrava a tratar desse problema. -----

Em relação à construção do Senhor Vicente, esclareceu que deu entrada na Câmara Municipal um processo para o licenciamento, no entanto encontra-se a aguardar elementos para posterior análise. -----

Em resposta à homenagem ao escritor José Saramago, informou que concorda com ela, e que os serviços culturais do Município estão a ultimar o processo da toponímia para Vinhais e que possivelmente iria ser proposto o nome do escritor para atribuição a uma rua. -----

Porque o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, já se encontrava novamente na sala o Senhor Presidente da Câmara esclareceu-o que, a funcionária em causa, se encontrava

na mesma situação de dezasseis trabalhadores do mapa de pessoal do Município, que se encontravam autorizados a acumular funções com funções ou actividades privadas, dando conhecimento à Assembleia dos nomes e das actividades para as quais solicitaram autorização. -----

Terminada esta intervenção o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu novamente um lapso de tempo para inscrição dos Senhores Deputados que eventualmente o solicitassem. -----

Manifestaram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Manuel Dinis Lousada; -----
- Franclim do Nascimento Serafim; -----
- José Henrique Vieira da Silva; -----
- Domingos Augusto Fernandes. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que, haveria todo o interesse na fusão das empresas municipais, em termos de racionalidade e de ganhos de dinheiros, era isto que constava da proposta apresentada, não se propunham extinguir actividades que elas desenvolvem, razão pela qual iriam manter a proposta. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, congratulou-se com a proposta de atribuição do nome do escritor José Saramago a uma rua de Vinhais. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, Franclim do Nascimento Serafim, no uso da palavra, agradeceu a presença de todas as pessoas que acharam por bem visitar a feira dos produtos da terra em Ervedosa, a qual tinha sido um sucesso. -----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, deu-lhe os parabéns por ter conseguido manter em funcionamento a escola de Ervedosa, e acrescentou que não gosta da concentração dos alunos em Vinhais, preferia que alguns fossem para Rebordelo. -----

Foi então concedida a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, José Henrique Vieira da Silva, que iniciou por dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que não sabia qual seria o futuro das freguesias, uma vez que possivelmente algumas iriam deixar de existir. -----

Dirigindo-se à bancada do Partido Social Democrata, disse que, tinham trazido propostas válidas, mas seria conveniente adiar a sua discussão, e melhorá-las, para serem presentes a uma futura sessão desta Assembleia, para obstar que fossem rejeitadas. -----

Por fim usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, Senhor Domingos Augusto Fernandes, para esclarecer, na qualidade de Presidente da Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bizara (ANCSUB), o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, que a ANCSUB, não funcionaria da maneira como funciona, se não fosse o empenho e a dedicação com que a Engenheira Carla Alves desempenha a sua actividade, se não fosse esta dedicação e empenho, muito dinheiro que tem vindo para a Associação e para Vinhais não teria vindo. -----

Referindo-se ao problema da construção do Senhor Vicente, informou que se prende com problemas particulares entre familiares. -----

## **2 - ORDEM DO DIA. -----**

### **2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados caso pretendessem fazer alguma inscrição. -----

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, André João da Silva Rodrigues, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, José Humberto Martins, José Maria Ribas, Dora Maria Barroso de Sá e Maria do Carmo Fernandes, motivadas por não terem estado presentes na respectiva sessão e ainda com seis votos contra dos Senhores Deputados do Partido Social Democrata.-----

No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, em nome da bancada do Partido Social Democrata, apresentou uma justificação de voto, que iria no

sentido de, reconhecendo os méritos das actas, já a última veio nestes moldes, que, para todos os efeitos parece-me ser menos maçuda de ler, no entanto temos que salvaguardar que há essenciais, e quando alguém dentro da Assembleia diz que quer que isto fique registado em acta, isso tem mesmo que ficar registado em acta, e o que se passou na última Assembleia é que há um ponto específico da acta, que nós contestamos, que é o ponto 2.4 , no período de intervenções, muito especificamente em relação à questão da concessão do empréstimo, há situações que estão aqui omitidas que foram requeridas especificamente para constarem em acta, e portanto não constando o Partido Social Democrata é a primeira vez que o faz, mas legitimado pela falta de rigor que este ponto específico da acta demonstra. -----  
Em que o Senhor Presidente em relação aos empréstimos quando foi abordado sobre algumas obras já estarem pagas, daquelas que estavam a ser candidatas, o Senhor Presidente referiu taxativamente e expressamente que não eram só aquelas que iria mais longe e diria que estariam todas pagas, e foi esta parte que foi omitida da acta, e que na altura requeri que constasse da acta, o Partido Social Democrata, vota contra. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, apresentou à mesa um requerimento do teor seguinte: -----

“Carlos Abel Almendra Frias Vieira, líder da bancada do PSD junto da Assembleia Municipal de Vinhais, vem por este meio, requerer, a V. Ex.<sup>a</sup>, que sejam facultadas, a esta bancada, cópias das gravações áudio da sessão da Assembleia Municipal do passado dia 28 de Abril de 2010.” -----

## **2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----**

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta. -----

## **2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

“Exm<sup>o</sup> Senhor -----  
Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários da Mesa -----  
Senhores Vereadores Presentes -----  
Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais  
Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

É com muito gosto que mais uma vez me dirijo a todos os elementos que compõem esta Assembleia Municipal. -----  
Apesar de os tempos nos aconselharem a adoptar os mais rigorosos cuidados e restrições na gestão dos dinheiros públicos, o que significa que tal facto nos impede de apresentarmos as comunicações que todos desejaríamos, recheadas de boas intenções e de propostas de fortes investimentos, apesar deste facto, é sempre um momento importante poder o Presidente da Câmara ter a possibilidade de comunicar e responder perante esta casa. -----

Uma leitura atenta pelo mapa de execução de obras que a todos foi distribuído permite concluir que não estamos a executar tudo aquilo que gostaríamos, mas também que continuamos a trabalhar, que continuamos a adjudicar obras, na parte de saneamento, águas, requalificação urbanística, pavimentações e arruamentos. -----

Permitam-me contudo que destaque a requalificação urbanística da Rua de Cima e da Rua da Corujeira em Vinhais que, finalmente estão em concurso e penso até que estarão já muito perto da adjudicação. -----

Trata-se de duas artérias muito importantes devido à população que servem, nomeadamente a Rua da Corujeira, pois por ali passam diariamente centenas de pessoas que se dirigem tanto para a Escola Secundária, como para o Parque Biológico, como para a Zona Industrial. -----

Um outro investimento que deve ser realçado é o que está a ser feito no campo de futebol que está praticamente no fim da sua execução e cujos trabalhos estão à vista de todos, prevê-se a sua inauguração para a primeira quinzena de Agosto. -----

Trata-se de um novo campo de jogos, um excelente equipamento, composto por três blocos bem distintos (campo de jogos, balneários e bancadas) e que vai permitir uma utilização por todos aqueles que o pretenderem, mas principalmente pelas classes jovens e possibilitando até vários jogos em simultâneo, dando assim resposta à necessidade da organização de torneios desportivos e de utilização pelas escolas. -----

Além de permitir a satisfação deste tipo de necessidades desportivas e como hoje já é bem visível, o campo de futebol integra-se perfeitamente na zona envolvente e contribui fortemente para a requalificação urbanística da Vila, sendo certo e sabido que esta área, a



requalificação urbanística, continua a ser uma das nossas apostas e prioridades, como forma de dar mais qualidade de vida às pessoas e incremento do turismo. -----

Um terceiro investimento que também merece ser destacado é a execução das infraestruturas, pavimentações, passeios e electrificação do primeiro troço da circular interna de Vinhais entre a designada Rotunda do Assador e o Bairro do Campo. -----

O que se pretende com esta obra, é que a Vila seja circundada em toda a sua extensão, pela parte sul e desde a chamada curva dos choupos até à Portela dos Frades. -----

O seu custo é elevado e não têm sido fáceis as negociações com os proprietários dos terrenos já que se trata de terrenos agrícolas ainda trabalhados e muito produtivos. -----

Mas porque se trata de uma obra estruturante para a Vila, que só peca por tardia, e que vai permitir outras condições de acessibilidade e de expansão urbana, não podemos desistir desta intenção e continuaremos a negociar com os proprietários com vista a adquirirmos os terrenos necessários. -----

Já agora e a este respeito permitam-me que traga à discussão um outro assunto ainda em matéria de acessibilidades que brevemente será colocado em cima da mesa para apreciação. Como todos sabem, as Estradas de Portugal está a trabalhar no estudo e projecto de escolha do corredor da nova ligação Vinhais-Bragança. -----

Porque também se trata de uma obra de grande importância, eu diria mesmo, de uma obra vital para o concelho e para a região, tem que ser aplaudida e defendida por todos, como tem acontecido, mas pode, junto da Vila, obrigar-nos a discutir traçados alternativos, no sentido de optarmos se queremos e será mais vantajoso e defensável uma variante à Vila entroncar na Nacional 103, ou pelo contrário, um traçado muito próximo do centro urbano. -----

Da minha parte confesso-vos, que sempre fui muito mais adepto das estradas que passam bem perto dos centros urbanos do que das chamadas variantes. É que, diz-nos a experiência, as chamadas variantes desviam completamente o trânsito das localidades e quem viaja por vezes nem se apercebe que está a passar numa localidade, seja vila ou cidade. -----

Um outro tema que merece ser tratado tem a ver com o apoio social. -----

Como é do conhecimento de todos estão em construção no concelho dois equipamentos sociais de grande utilidade e até dimensão, que vão naturalmente trazer mais qualidade de vida aos seus utilizadores mas também mais movimento e emprego. -----

A execução do lar de Moimenta vai em bom ritmo e esperamos, segundo fui informado, que fique pronto até ao final do ano. -----

Trata-se de uma obra que tem merecido o empenho e ajuda do Estado, da Autarquia, da Junta de Freguesia e da população, e que tem merecido por parte da direcção do Centro Social, das pessoas que o dirigem, concretamente o snr. pároco local - Snr. Pde Ferreira, o Snr. José Maria Ribas e o Snr. Duarte Nuno Pires um grande empenho e carinho. -----

Mas a questão tem a ver com o Lar de Rebordelo, que uma vez concluída a primeira fase de execução e completamente financiada, até agora pelo Centro Social com fundos próprios e com recurso a financiamento bancário, com o financiamento de particulares, tudo isto vai agora ser completado graças à assinatura do contrato de financiamento que foi feito com o Estado na semana passada para a conclusão da obra, obra essa que custa, que está assim orçamentada em 1.013.226,00 + IVA e obteve uma ajuda financeira comparticipada do estado de 607.000,00 € -----

Para terminar, uma palavra para o encontro de gerações que se realiza já no próximo Domingo e que esperamos que seja um dia diferente, de muito convívio, alegria e boa disposição para todos aqueles que puderem estar presentes, estão naturalmente todos convidados. -----

Quanto à situação financeira do município é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – 248.100,28 -----

- Dotações não orçamentais – 688.931,38” -----

#### **2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----

Seguidamente foi presente a proposta apresentada, no período de antes da ordem do dia, pelo Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, relacionada com o plano de ordenamento do ICNB. -----

Solicitou então a palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, para solicitar esclarecimentos à Mesa, qual era o sentido de votação da proposta, se era no sentido de ser admitida ou se era para ser colocada à votação, uma vez que não constava da ordem de trabalhos e assim sendo, torna-se necessário que seja aprovada a sua admissão com uma maioria de dois terços dos membros presentes. -----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o que estava em causa era a sua admissão. -----

Sujeita a votação, foi deliberado, por maioria com os votos favoráveis da bancada do PSD e da CDU e votos contra da bancada do PS, recusar a admissão da proposta em causa. -----

Foi ainda presente a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, relacionada com a fusão das empresas municipais. -----

Sujeita a votação, foi deliberado, por maioria com os votos favoráveis da bancada do PSD e da CDU e votos contra da bancada do PS, recusar a admissão da proposta em causa. -----

Manifestaram vontade de intervir os Senhores Deputados: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----

- Manuel Dinis Lousada; -----

- Horácio Domingos Afonso; -----

- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida. -----

Solicitou então a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para solicitar que as duas propostas fossem agendadas para a próxima Sessão da Assembleia. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, entregou à mesa uma moção, a qual foi lida em voz alta pelo 2.º Secretário, que a seguir se transcreve: -----

“A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. -----

Com as medidas anunciadas pelo Governo para combater a crise desresponsabiliza-se o Estado das suas funções sociais e desmantelam-se as redes de serviços que as concretizam, oferecendo novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzindo o serviço público, subordinando e limitando a autonomia das autarquias. -----

As soluções encontradas pelo Governo para sair da crise pretendem intensificar. -----

- O encerramento de centros de saúde, urgências e hospitais concelhios. O encerramento de escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome de uma suposta eficácia, eficiência e qualidade. Ao mesmo tempo que abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”. -----
- Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos, e disparam os preços e degrada-se o serviço. -----

No seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo Governo com o apoio dos partidos à direita, aprovam-se medidas ainda mais gravosas. -----

São medidas que penalizam os mesmos de sempre: -----

- O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas do IVA; -----
- O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; -----
- A diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; -----
- O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; -----
- O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; -----
- Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e sectores fundamentais da nossa economia. -----

Considerando que: -----

1. Com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentando os seus pagamentos ao Estado – não havendo assim proporcionalidade nem solidariedade recíproca; -----

2. Os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências, como é a nossa; -----

3. A descapitalização acelerada dos municípios e freguesias terá reflexos fatais, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação e manutenção das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; -----

4. O Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses; -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vinhais, reunida em 30 de Junho de 2010, decide: -----

- Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam. -----
- Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações, das consequências destas medidas e seus responsáveis. -----
- Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.” -----

Sujeita à votação a sua admissão, a mesma foi recusada, com os votos contra da bancada do PS e favoráveis do PSD, da CDU e do Presidente da Junta de Freguesia de Candedo. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada pelo Senhor Manuel Dinis Lousada, relativamente à Homenagem à Cultura e às Letras. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, para dizer que não se tinha esquecido que este escritor, tinha intitulado de ignorantes, em Bragança, os transmontanos, não obstante ia votar favoravelmente. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, passando-se de imediato, à guarda de um minuto de silêncio em honra do escritor em causa. -----

## **2.5 – TABELA DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA – ALTERAÇÃO.**

Foi presente uma informação prestada pelo chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vinhais, do teor seguinte: -----

“Por força do preceituado na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, procedeu-se à concentração das taxas que se encontravam dispersas em diversos regulamentos municipais, numa tabela única, tendo em atenção a obrigatoriedade de indicação sob pena de nulidade, da base de incidência objectiva e subjectiva, a fórmula de calculo do valor das taxas a cobrar e a sua fundamentação económico-financeira. -----

Na transição da taxa constante do n.º 2, do art.º 33.º do Regulamento Municipal de Actividade de Comércio a Retalho Exercida por Feirantes, por lapso, na nova tabela, consta que a taxa a cobrar pela ocupação de terrado é de 0,50 € por metro quadrado, quando o que se pretendia era que fosse por metro linear. -----

Nestes termos proponho a V. Ex.<sup>a</sup> que no n.º 1, do art.º 93.º do Capitulo VII – Mercados e Feiras, da nova Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, onde consta: -----

**“Utilização de lugares de terrado – por m<sup>2</sup> ou fracção e por dia – 0,50 €” -----**

Passe a constar: -----

**“Utilização de lugares de terrado – por metro linear ou fracção e por dia – 0,50 €” -----**

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, para questionar a mesa relativamente à falta do documento de apoio da fundamentação económica, para que todos os membros da Assembleia Municipal, pudessem analisar este assunto. -----

Questionou ainda ao Senhor Presidente da Câmara, quais são as percentagens de aumento propostas pelo executivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a este Senhor Deputado, que esta Tabela já tinha sido aprovada na sessão anterior e previamente lhe tinha sido enviada acompanhada da respectiva fundamentação técnico económico financeira. -----

Esta proposta é apenas para fazer uma correcção de metro quadrado para metro linear, e o valor da taxa em causa mantinha-se, era apenas para corrigir um lapso. -----

Após discussão do assunto em causa, a proposta foi aprovada, por maioria com a abstenção do membro da CDU. -----

## **2.6 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 2.125.000,00 € - ALTERAÇÃO DE PROJECTOS A FINANCIAR. -----**

Foi presente uma proposta do teor seguinte: -----

“Em reunião da Câmara Municipal, datada de um de Fevereiro, do corrente ano, foi aprovada a proposta para contracção de um empréstimo bancário, para financiamento de diversos investimentos. -----

Por sua vez, esta proposta, foi aprovada em sessão da Assembleia Municipal, datada de vinte e seis de Fevereiro. -----

Esta proposta fazia-se acompanhar de uma listagem de projectos a financiar. -----

Porque aquando da aprovação, já existiam despesas pagas e outras vieram a ser pagas posteriormente, em detrimento de outras, tendo em atenção as dificuldades financeiras com que os empreiteiros se debatiam, proponho a substituição dos projectos “Arruamentos em Sobreiró de Baixo”, “Melhoramento da Rede Viária Municipal na freguesia de Ervedosa”, “Conclusão do Mercado do Gado – Instalações Sanitárias e Muros de Vedação”, “Mercado de Gado – Instalações de Vedações”, “Conclusão do Mercado de Gado – Trincheiras e Curros”, “Requalificação Urbanística do Bairro do Carvalhal” e “Requalificação Urbanística do Bairro dos Cabeços”, no valor de 440.483,00 € pelos projectos constantes do quadro seguinte: -----

PROJECTO	VALOR DE ADJUDICAÇÃO/ CANDIDATURA	EMPRÉSTIMO
- Arranjo Urbanístico do Bairro do Calvário	259.560,00 €	77.868,00 €
- Requalificação da Rua de Cima e da Corujeira	400.910,00 €	120.273,00 €
- Parque Verde/Artes e Ofícios	124.950,00 €	37.485,00 €
- Saneamento e Águas a Travanca	196.642,65 €	58.992,00 €
- Saneamento e Águas a Fresulfe	193.609,14 €	58.080,00 €

- Construção da Etar's em Vilar de Lomba, Moás e Paçó	130.365,47 €	39.109,00 €
- Recuperação do Edifício para instalação do Centro de Convívio no Bairro do Carvalhal	129.666,90 €	38.900,00 €
- Construção de uma zona de descanso para Auto Caravanas	59.798,31 €	9.776,00 €
Totais	1.495.502,47 €	440.483,00 €

Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Mesa concedeu um lapso de tempo para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem intenção de intervir, tendo demonstrado essa intenção os Senhores Deputados Carlos Abel Almendra Frias Vieira e Dinis Manuel Lousada. -----

Usou então da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que já tinha vindo anunciar que este empréstimo era uma grande trapalhada. -----

Tinha que confessar que, não estava em causa, a admiração que tem pelo homem político, pelo verdadeiro animal político que o Presidente da Câmara o é, tinha os seus méritos, era um homem de fibra. No entanto, faltavam-lhe duas características que podiam fazer dele um verdadeiro animal político. Faltava-lhe com frequência a humildade, e com ainda mais frequência, tinha uma tendência para a precipitação. -----

Seguidamente fez um historial do processo do empréstimo, dizendo que, aquando da sua aprovação tinha alertado para a existência de algumas obras que não reuniam condições para serem apresentadas ao Tribunal de Contas, para legitimarem a contracção do empréstimo. Este alerta não tinha sido atendido. Em sua opinião devia ter sido apresentada uma nova proposta, já que esta alteração representa cerca de sessenta por cento do empréstimo, o que quer dizer que, se podiam a estar a meter numa grande trapalhada. -----

Na altura, o Partido Social Democrata, tinha questionado se existia alguma troca de correspondência com o Tribunal de Contas. Tinham-lhe respondido que existia apenas o ofício a acusar a recepção do processo, no Tribunal. Por esse motivo deixava na Mesa da Assembleia um pedido de acesso a todo o processo da contracção do empréstimo do valor de 2.125.000,00 €, que tinha sido aprovado pela Câmara Municipal em Fevereiro e ratificado pela Assembleia também em Fevereiro.-----

Pretendiam saber se, a resposta que lhe tinha sido dada nesta Assembleia, que não existia qualquer tipo de correspondência, é verdadeira ou não. -----



Continuou a dizer que, gostava de ser esclarecido, relativamente ao valor de algumas obras, já que os constantes da proposta, são distintos dos constantes do mapa de execução que lhe tinha sido distribuído, possivelmente seria motivado pelo valor do IVA. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, iniciou por informar o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira que não mentia aos seus eleitores e como prova disso, o processo do empréstimo estava ali presente podendo ser consultado de imediato. ----- Seguidamente, deu conhecimento das datas em que os ofícios foram registados na Câmara Municipal, e da comunicação em que o Tribunal de Contas devolveu o contrato, para a Câmara ponderar a redução do empréstimo no valor de 440.483,00 € correspondente ao valor das obras que já se encontram totalmente pagas. Tendo em atenção isto, a Câmara achou por bem, retirar estas obras e incluir outras, no mesmo valor, pelo que solicita à Assembleia que aprove esta proposta. -----

Por fim esclareceu o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira que não gostou que tivesse feito juízos de valor, relativamente à sua pessoa, se tivesse dito que lhe faltava humildade política, ainda poderia aceitar, no entanto aconselhou-o a não fazer juízo de valores sobre os outros já que tem telhados de vidro. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira para dizer que tinha ficado decidido em sede da reunião do grupo parlamentar do PSD, iriam ter, o que o Senhor Presidente não está a ter, que era o sentido de responsabilidade, porque eles, sabem sempre mais, do que aquilo que dizem aqui. Tinham decidido não obstacularizar o processo, apesar de discordarem dele.-----

Por fim disse que nunca viria para esta Assembleia insultá-lo em termos pessoais, quando se referia à humildade era a humildade política. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte: -----

“Senhor Presidente, relativamente a este assunto, V. Ex.<sup>a</sup> acabaram de votar uma moção que condenava o Governo por retirar meios financeiros às autarquias e agora porque dizem não ter dinheiro propôs pedir à banca. Não estão a ser amigos dos contribuintes “estão a ser amigos de onça”, ou seja dos banqueiros saber-se lá porque. Esta proposta de contracção de empréstimo de 2.125.000,00 € revela uma má planificação do município o que vem

favorecer os interesses da banca e pode comprometer o futuro do município e do concelho, querendo transportar para as gerações futuras encargos que se podem tornar incompatíveis. Por todas estas razões não resta outra alternativa à CDU se não votar contra.” -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Carlos Claro, para dizer que era a favor da contracção do empréstimo, porque só assim poderia haver investimentos no concelho, se não continuariam atrasados em relação ao resto do país. -----

Pedi a palavra o Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva, para dizer que o Senhor Presidente não tinha esclarecido o porquê das divergências de valores, inscritos na proposta e ao constante do mapa das obras. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que os valores constantes da proposta já se encontram com o valor do IVA incluído, enquanto que o do mapa das obras, não o têm. -----

Após discussão da proposta em causa, foi deliberado, por maioria e em minuta com cinquenta e dois votos a favor e sete votos contra da bancada do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática CDU, aprovar a proposta apresentada e autorizar a substituição dos projectos indicados. -----

## **2.7 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E 2.ª AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2.ª AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.** -----

Relativamente a este ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que pretendessem intervir, tendo manifestado essa intenção, os Senhores Deputados Manuel Dinis Lousada e Horácio Domingos Afonso. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, declarou que não votaria a favor da 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que já não tinha votado favoravelmente aquando da aprovação do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos. Na altura tinha indicado as razões por tal. -----

Usou então da palavra, o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, para dizer, e referindo-se ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, que, a não ser a proposta de um minuto de silêncio em memória de José Saramago, de concreto, ainda não apresentou mais nada. Trazer manifestos do Partido Comunista, trazer a situação do capital, não interessam a esta Assembleia, deve apresentar propostas concretas, se assim for, terá o seu voto favorável, não estavam ali para perder tempo. -----

Referindo-se às propostas apresentadas, referentes ao Instituto de Conservação da Natureza e à fusão das Empresas Municipais, disse que, não via qualquer inconveniente em que fossem agendadas para a próxima Assembleia Municipal, iria analisa-las para ver os prós e os contras de cada uma delas. Por fim disse que todos deviam usar o dever de lealdade e não andarem com subterfúgios. -----

Não havendo mais intervenções a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e a 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos, foram colocados a votação tendo sido aprovados por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, um voto contra da CDU e seis abstenções da bancada do Partido Social Democrata. -----

## **2.8 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E NOVE. -----**

Foi presente nos termos do n.º 3, do art.º 25.º, da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. -----

Após a sua análise, foi deliberado, tomar conhecimento. -----

## **3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----**

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----